

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**Gabinete do Presidente**

Despacho n.º 20 018/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 11.º, n.º 2, e 16.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de Abril, nomeio o sargento-ajudante OPCOM José Arnaldo das Neves Rodrigues Gonçalves (Força Aérea) para exercer funções no Centro de Comunicações da Presidência da República, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, em regime de comissão normal.

8 de Setembro de 2005. — O Presidente da República, *Jorge Sampaio*.

Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas

Alvará n.º 9/2005. — Por alvarás de 21 de Abril de 2005:

Ordem do Infante D. Henrique**Grã-cruz**

Dr. José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
Dr. José Luís Fazenda Arnaut Duarte.
Engenheiro José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
Dr. António Luís Pale, nacionalidade moçambicana.
Dr. Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, nacionalidade brasileira.

Grande-oficial

Dr. Vasco Lynce de Faria.
Dr. Júlio Francisco Miranda Calha.
Dr. Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
Prof. Doutor Erik Jaime, nacionalidade alemã.
Embaixador Dr. Sérgio Barcellos Telles, nacionalidade brasileira.

Comendador

René Aime Martin, nacionalidade francesa.
Dr. Ronald Price, nacionalidade britânica.

Título de membro honorário

Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro em Lisboa.

Ordem da Liberdade**Oficial**

Adam Clayton, nacionalidade irlandesa.
Dave Evan «The Edge», nacionalidade irlandesa.
Lary Mullen Jr., nacionalidade irlandesa.
Paul Hewson «Bono», nacionalidade irlandesa.

Por alvarás de 8 de Junho de 2005:

Ordem Militar de Cristo**Grã-cruz**

Dr. José Manuel Galvão Teles.
Engenheiro João Cravinho.
Dr. Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Juiz conselheiro Dr. Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio.
Dr.ª Maria de Jesus Brito Lamas Moreira Serra Lopes.
Dr. Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.
Juiz conselheiro Dr. Antero Alves Monteiro Diniz.

Por alvarás de 28 de Junho de 2005:

Ordem do Infante D. Henrique**Grã-cruz**

Prof. Doutor António Correia de Campos.
Prof. Doutor Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza.

Grande-oficial

Prof. Doutor Alberto João Coraceiro de Castro.
Prof. Doutor António Nogueira Leite.
Prof. Doutor Fernando Teixeira dos Santos.
Prof. Doutor José Neves Adelino.
Prof. Doutor Pedro Luís de Oliveira Martins Pita Barros.
Doutor Rui Nuno Baleiras.
Dr.ª Maria Teodora Osório Pereira Cardoso.

Prof. Doutor Vasco Manuel Sousa Borges dos Santos.
Dr. Vítor Bento.
Prof. Doutor Manuel Victor Moreira Martins.
Prof. Doutor Vítor Manuel da Silva Santos.

Ordem do Mérito**Grã-cruz**

Prof. Doutor Augusto Mateus.
Prof. Doutor João Ferreira do Amaral.

Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial**Classe do Mérito Comercial****Grande-Oficial**

Dr. José Alberto Pena do Amaral.

9 de Setembro de 2005. — O Secretário-Geral das Ordens, *José Vicente de Bragança*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Secretário-Geral**

Despacho n.º 20 019/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Agosto de 2005 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Carla Susana Afonso Ladeira — cessa funções, a seu pedido, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, do cargo de assistente parlamentar, nível v, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 29 de Agosto de 2005.

8 de Setembro de 2005. — Pela Secretária-Geral, *Maria do Rosário Paiva Boléo*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho conjunto n.º 712/2005. — Nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, dá-se por finda, a seu pedido, a vigência da comissão de serviço do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Doutor António Manuel Soares Serrano, com efeitos a 5 de Setembro de 2005.

5 de Setembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho conjunto n.º 713/2005. — Nos termos do disposto no artigo 2.º, no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se o seguinte:
1 — É nomeada para exercer, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o cargo de directora do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 246/2002, de 8 de Novembro, e 80/2004, de 10 de Abril, e pela Declaração de Rectificação n.º 38/2004, de 13 de Maio, a licenciada em Economia Maria Rita de Oliveira Horta.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da respectiva assinatura.

6 de Setembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Curriculum vitae

Maria Rita de Oliveira Horta.
Naturalidade — Serpa.
Data de nascimento — 1952.
Formação académica:

- Pós-licenciatura em Política Internacional, Universidade Livre de Bruxelas, 1995-1996;
- Pós-licenciatura em Estudos Europeus, dominante Economia, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1984-1985;
- Licenciatura em Economia, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1970-1975;

Actividade profissional — funcionária do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas desde 1975, assessora do quadro do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.
Agosto 2004 a Março 2005 — adjunta no Gabinete do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, responsável pelas áreas relacionadas com a Política Agrícola Comum.

Dezembro de 2002 a Agosto de 2004 — consultora para questões agrícolas, Janeiro a Agosto de 2004, Eslováquia, Bratislava, Ministério da Construção e Desenvolvimento Regional, dois projectos de assistência técnica na área dos fundos estruturais. Acções de formação: Polónia, Instituto Europeu de Lodz, 3 e 4 de Dezembro de 2002, Lisboa, ISCS, formação para concursos da Comissão Europeia, Março, Junho e Novembro de 2003. Ilha Terceira, Março de 2003. Lisboa, Representação da Comissão Europeia, formação dos centros rurais, 1 e 2 de Abril de 2003. Anadia, seminário sobre vinhos, 12 de Dezembro de 2003.

Setembro de 2000 a Setembro de 2002 — Comissão Europeia, Direcção-Geral de Agricultura, Bruxelas, como perita nacional, divisão «Arroz» e «Relações internacionais — Países ACP e países asiáticos».
1987 a Agosto de 2000 — conselheira agrícola na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, Bruxelas, membro permanente do Comité Especial de Agricultura (CEA) e Conselho de Ministros (Agricultura) da União Europeia.

1980 a Janeiro de 1987 — Gabinete de Planeamento, Lisboa. Chefe de divisão do sector «carnes, leite e lacticínios», desde 1983, membro da equipa de negociações de adesão de Portugal à União Europeia.

1975 a 1980 — técnica superior do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, Lisboa.

Trabalhos realizados:

- «Consequências das negociações da OMC e do alargamento no sector dos vinhos», Dezembro de 2003;
- «A revisão intercalar da PAC — Uma proposta radical», Junho de 2003;
- «A Reforma da Política Agrícola Comum», Março de 2003;
- «O futuro da PAC e o alargamento», Dezembro de 2002;
- «A ovinicultura, perante a adesão à CEE», 1985;
- «A avicultura portuguesa e a CEE», 1984;
- «Bovinos e suínos — OCM — Preços na Comunidade — Preços em Portugal», 1981;
- «A organização comum do mercado da carne de porco e a integração de Portugal na CEE», 1980.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Direcção-Geral de Viação**

Despacho n.º 20 020/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 4 de Agosto de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo:

Filipe Rodrigues Meirinho — nomeado definitivamente, em reconhecimento da excelência e independentemente de concurso, técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica de jurista do quadro de pessoal não dirigente desta Direcção-Geral, com efeitos à data do presente despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 20 021/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 4 de Agosto de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, na alínea d)

do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo:

Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra — nomeada definitivamente, em reconhecimento da excelência e independentemente de concurso, técnica superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal não dirigente desta Direcção-Geral, com efeitos à data do presente despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 20 022/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 4 de Agosto de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo:

António Alberto Gonçalves Augusto Ribeiro — nomeado definitivamente, em reconhecimento da excelência e independentemente de concurso, técnico superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal não dirigente desta Direcção-Geral, com efeitos à data do presente despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 8126/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Raimundo Lopes, natural de São João Baptista, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 10 de Fevereiro de 1954, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8127/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luiz Orlando Monteiro Semedo, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 1 de Agosto de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8128/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Edna Maria da Cruz Barreto de Carvalho, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 13 de Abril de 1963, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8129/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Dulce Helena Alves Tavares, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 18 de Junho de 1976, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.